



Data: 08.09.2020

Titulo: Governo anuncia 1,3 milhões para avaliar impacto de alterações climáticas

Pub:

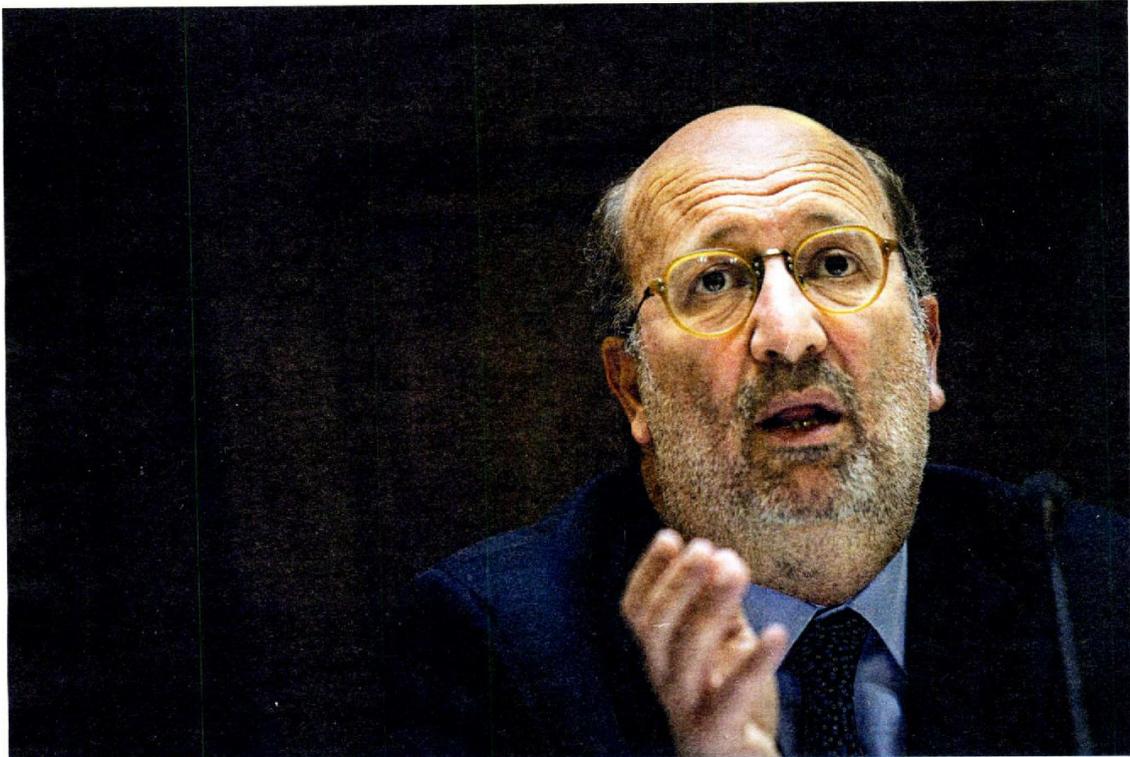


Tipo: Jornal Nacional Diário

Secção: Nacional

Pág: 32

QuickCom
comunicação integrada



Ministro do Ambiente diz que vão estar várias entidades envolvidas no estudo

Governo anuncia 1,3 milhões para avaliar impacto de alterações climáticas

Matos Fernandes diz que estudo estará concluído em 2023 e que o objeto é “sermos neutros em emissões carbónicas em 2050”.

SÓNIA PERES PINTO
sonia.pinto@ionline.pt

O Governo anunciou 1,3 milhões de euros para avaliar a vulnerabilidade do território português às alterações climáticas, um estudo que estará concluído em 2023 e projetará cenários até 2100. “Este estudo é fundamental para dar corpo ao designio maior que o país tem, que é o de sermos neutros em emissões carbónicas em 2050, um projeto que implica uma significativa fatia em investimento”, disse o ministro do Ambiente e da Ação Climática.

De acordo com João Pedro Matos Fernandes, deste total, cerca de 400 mil euros vão ser atribuídos pelo mecanismo financeiro EEA Grants e 900 mil euros pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA). É “objetivo prioritário apoiar e dar resposta a exercícios de

política pública de adaptação às alterações climáticas nos vários níveis de intervenção territorial”.

O Ministério do Ambiente explica que, através de um conjunto de projeções e estimativas de custos de adaptação às alterações climáticas para os setores económicos, o projeto agrega conhecimento de diversas instituições, que vão avaliar, de forma ampla, o impacto, a vulnerabilidade e o risco das alterações climáticas em Portugal, estabelecendo os resultados alcançados “diretrizes para os contextos micro e macroeconómico”.

As instituições envolvidas são a APA, enquanto promotora do projeto, Banco de Portugal, Direção-Geral do Território, Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa, Instituto Português do Mar e da Atmosfera e a Direção Norueguesa de Proteção Civil.

“Um trabalho como este permite essencialmente ser capaz de definir, do ponto de vista económico e financeiro, de que investimento estamos a falar com mais detalhe, que custos é que se lhes associam e, muito particularmente, qual é o custo da inação”, disse o ministro, acrescentando que as vulnerabilidades do território “são várias”, desde a seca, o risco de desertificação e avanços do mar no litoral português.

“Vamos pegar em todo esse conhecimento e vamos quantificá-lo”, disse, referindo que são projetos para 80 anos, uma vez que 2100 é o ano máximo que consta do acordo de Paris.

O ministro acrescentou que o estudo vai definir cenários diversos para “o que podem ser os custos da inação e as necessidades de investimento” para Portugal ser neutro em carbono em 2050 e “projetando esses mesmos custos até 2100”.

Área: 390cm² / 45%

Tiragem: 16.000

FOTO

Cores: 4 Cores

ID: 6936752